



**ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 19.04.2010**

Aos dezenove dias do mês de abril de dois mil e dez, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores de Joinville, rua Hermann August Lepper, s/nº., Saguapu, realizou-se a centésima vigésima primeira Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheira **Cléia Aparecida Clemente Giosole**, Presidente do CMS, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes, e parabenizou a todas as mulheres pelo seu dia. Em seguida passou à leitura da Pauta do dia: **PAUTA: 1-EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da Pauta da Reunião; **2-ORDEM DO DIA: 2.1** Discussão e análise da atual situação da política de saúde do município de Joinville. **3-ASSUNTOS DIVERSOS. 4- INFORMES GERAIS.** A Presidente agradeceu a presença do presidente da Comissão da Saúde, Assistência e Previdência Social da Câmara de Vereadores, vereador Juarez Pereira, então convidou a vice-presidente para assumir a mesa e iniciou a apresentação acerca da Ordem do Dia. A apresentação tinha por reflexão: **“A SITUAÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE”; É OBRIGATÓRIA A EXISTÊNCIA DE CONSELHOS DE SAÚDE NO PODER EXECUTIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE CADA ESFERA DE GOVERNO; Os Conselhos de Saúde estão constitucionalmente criados a partir do Art.194 e 198 da CF de 1988, posteriormente confirmados em 2000 pela EC-29 que introduz o Art.77 e seu inciso III que fala do Conselho de Saúde. LEI 8080/90 Art. 7º (...) As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde - SUS, são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal obedecendo ainda aos seguintes princípios: (...) VIII - participação da comunidade; LEI 8142/90 Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei n 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: I - a Conferência de Saúde; e II - o Conselho de Saúde. LEI 8142/90 Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei n 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas: I - a Conferência de Saúde; e II - o Conselho de Saúde. LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JOINVILLE (...) Da Política de Saúde Art. 140 – A Saúde é direito de todos os municípios e dever do Estado, cabendo ao Município prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população. (...) Art. 142 – Para o cumprimento do artigo anterior o Município criará o Conselho Municipal de Saúde, com participação comunitária, cujas atribuições composições serão definidas em Lei. Parágrafo único – Para atender os objetivos do Conselho Municipal de Saúde serão levadas em consideração as prioridades estabelecidas nos conselhos locais de saúde existentes ou a serem organizados pelas comunidades dos bairros descritos do Município. SÃO ATRIBUIÇÕES E COMPETENCIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOINVILLE: Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Joinville Art. 4º (...) I - Implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS, para o controle social da Saúde. (...) IV – Atuar na formulação e no controle da execução da política municipal de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado. (...) XI - Acompanhar, controlar e avaliar a implementação e consolidação do Sistema Único de Saúde –SUS, tomando como base estudos e/ou avaliações elaboradas por instituições e/ou técnicos, vinculados ou não ao município, disponibilizados pelo Gestor. (...) XVII - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente. XVIII - Examinar propostas e denúncias de irregularidades, responder a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho no Município. (...) Parágrafo Único – Para atender aos objetivos do Conselho Municipal de Saúde, serão levadas em consideração as prioridades estabelecidas nos Conselhos Locais de Saúde existentes ou a serem organizados. DIANTE DA SITUAÇÃO ATUAL DE**



SAÚDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE, O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

PERGUNTA: Considerando os recursos, essenciais à Saúde, repassados regularmente ao município, o que deveria ser feito para estes recursos serem liberados de imediato e que não haja sofrimento para população? Quais os recursos oriundos das três esferas de governo para a saúde do município de Joinville? Quanto e da onde foi retirado o repasse para o Hospital São José? Quanto foi proposto de subvenção ao HMSJ, pela bancada catarinense na câmara federal? É enviado ao CMS mensalmente o extrato da c/c do Fundo municipal da saúde? Como esta a contratação dos médios e dos profissionais da área da saúde? Quantos dos profissionais e médicos já foram convocados e contratados e quais os postos contemplados e desses quantos já executam função de contratação? Como são resolvidos situações de acidentes de trabalho, no caso do funcionário estar no trajeto para outro local que não o de lotação? O especialista solicita exames, o exame é realizado, vence a cirurgia não é realizada, por que? Retorno as consultas sem exames? Qual é a demanda das cirurgias eletivas e quem é o responsável pelo controle desta agenda? Como se pretende gradativamente resolver as demandas reprimidas e represadas das consultas, exames laboratoriais e serviços de fisioterapia? Como está no setor de cardiologia a demanda para marca-passo e se o Sistema Único de saúde dispõe desse tratamento? E como está a demanda da angioplastia, e porque que o paciente é internado enfartando na sexta e na segunda feira é liberado e vai para fila de espera, qual é o critério de fazer este exame? Referente ao medicamento de Quimioterapia no setor de oncologia do HSMJ porque esta faltando? Quando o PA do aventureiro vai funcionar plenamente? Como esta a situação real do SAMU no município? Tem algum órgão de denuncia oficial para a problemática da saúde? Humanização nos laboratórios (tempo de espera) Unidades Básicas da Saúde, e dos Hospitais (disposição para esclarecer o usuário), e a humanização da comunidade (respeito ao profissional da saúde). Porque a demora da atualização no site da secretaria das ações do CMS, como por exemplo as resoluções? O Conselho Municipal de saúde é respeitado como um colegiado parceiro e fiscalizador das ações da saúde conforme todas as legislações federal e principalmente a municipal garante? Contribuições/Sugestões: Criação de uma ouvidoria do SUS, no município, ligada ao CMS, com formulários de protocolo; Disponibilizar um link no site da SMS para a criação do portal da transparência do município; Discussão junto ao CMS-Jlle da proposta de efetivação do plano de cargos e salários da saúde no município de Joinville; Que seja apresentado um diagnóstico crescente das contratações ao CMS de dois em dois meses; Que se crie serviços de fisioterapia nas regionais com profissionais da rede; Agilidade nos ambulatorios para que o usuário não precise ir à secretaria de saúde para buscar guia de autorização. Que o Conselho Municipal elabore uma estratégia para levar ao usuário a discussão sobre a humanização da comunidade ao profissional de saúde. Link do CMS no site da SMS. Criar um mecanismo de agilidade no processo da atualização das informações do conselho municipal, no site da SMS. Que nos momentos onde os pacientes estejam consultando nos ambulatorios dos hospitais com os especialistas e que tenham um exame solicitado, que haja uma resolutividade na ação para que o usuário não precise ir a secretaria da saúde para buscar a guia e a autorização; Uma vez realizada a leitura da apresentação, a Presidente fez agradecimentos ao Sr. Mozart Moser, gerente de informática, responsável pela atualização do link do CMS no site da SMS e ao Secretário de Saúde. A Presidente justificou a apresentação mediante as reclamações feitas ao CMS o por motivos tais como a superlotação de hospitais, um aparelho de raio-X faltante, demanda de exames e de fisioterapia. A proposta foi colocada pela união de representantes do segmento usuário. A Presidente ressaltou que o CMS atua sobre o coletivo, na saúde do município. A Presidente citou queixas ouvidas em vários conselhos locais em relação ao pagamento de impostos confrontado com as dificuldades de atendimento no SUS, mas ressaltou a qualidade deste e sugere, sem ter negado que o SUS apresenta deficiências em demasia, que é necessária a problematização tanto quanto a reflexão, bem como a proposta de melhorias para que sejam encaminhadas ao gestor municipal. Reconheceu a seriedade dos problemas, mas advertiu que o caráter da problematização é o de cobrança de acordo com os mecanismos da Lei. Convidou então o coordenador da Comissão de Assuntos Externos para fazer a leitura do relatório de visita ao Hospital Municipal São-José e ao



PREFEITURA DE JOINVILLE

Secretaria da Saúde



Conselho
Municipal
de Saúde

PAM do Bucarein, o sr. Mário Ivo Maiochi, que fez a leitura do relatório conforme segue:
105 *“Joinville, 04 de março de 2010. Relatório de Visita Hospital São José. Estavam presentes Mesa
Diretora Cleia, Albertina, Leonardo; CAE Mirian, Mario; e CAI-Camargo, Maria Helena
coordenadora técnica do hospital e Dr.Tomio. Após denúncia os representante do Conselho
Municipal de saúde foram fazer uma visita ao hospital São José, onde foi perguntado a respeito da
Alta Clave, o aparelho que tem a capacidade de 430 litros para esterilizar todos os materiais
110 cirúrgicos com 120 graus a 127 graus e uma atmosfera e meia de pressão para realizar a
esterilização em 30 minutos. Na última semana do mês de fevereiro, o processo demorou em média
uma hora e meia (o marcador que sempre muda de cor quando o processo de esterilização está
concluído não mudou). Por este motivo o hospital suspendeu as cirurgias e encaminhou os
pacientes aos hospitais do município. O hospital tem dois centros cirúrgicos e os dois dependem do
aparelho de Alto Clave. A casamata está coberta e o prazo final é para maio. A conclusão da obra
115 a entrega da casamata estão previstas para o início de julho com os profissionais capacitados para
operar o aparelho. Foi informado aos funcionários encarregados da inspeção aqui relatada que a
empresa SIMENS é quem irá montar a casamata. Os profissionais serão treinados pela SIMENS
num período de 10 dias. De acordo com o Dr. Tomio, o armazenamento da casamata está de
acordo com a avaliação feita pelos técnico da SIMENS. Cobalto a pastilha está gasta e será
120 trocada, pois a licitação já está sendo providenciada e num prazo de 90 dias será trocada por uma
nova. Quanto ao aparelho de raio-X, o Dr. Tomio informou que já está no hospital, mas não está
sendo utilizado por que falta a processadora para digitalização e uma central de armazenamento,
e um computador com programa específicos para o aparelho. Sobre o setor de oncologia, em visita
ao setor foi realizada uma conversa com o médico oncologista, que solicitou a ampliação do
125 espaço físico e mais uma vaga nova para médico oncologista que passou no concurso. Verificar
uma aquisição futura de um aparelho de Radioso para Bracterapia. Verificar o acesso aos exames
de alta complexidade com mais resolutividade. Verificar o contrato de licitação da SMS referente a
construtora da obra do Hospital São José que esta com as rampas em decadência”.* Após a leitura,
a Presidente comentou a leitura do relatório à guisa de resumo, relatando os eventos constantes na
130 leitura como a conformidade das obras no Hospital Municipal São José mediante as exigências da
Vigilância Sanitária, a situação das rampas de acesso e a superlotação da instituição. Referente à
visita ao PAM do Bucarein, foi lido o seguinte relatório de visita: *“Joinville, 04 de março de 2010.
Relatório de visita ao PAM do Bucarein. Quem acompanhou a visita: Sra. Cleia ,Sra. Albertina e
Sr. Mario da CAE. Conforme denúncia à secretaria executiva do CMS, a Sra.Sandra relatou a
135 reclamação sobre o setor de odontologia (Brasil Sorridente) do PAM-Bucarein, onde foi
constatado que no caderno de sugestões e criticas só havia elogios aos profissionais do setor
citado acima, feitos pelos usuários que são atendidos pelos especialistas. Também foi constatado
que a portaria do Brasil sorridente não está sendo cumprida, pois uma das exigências é a
necessidade de uma recepção própria e uma coordenação técnica, ambas faltantes. Ainda
140 conforme o que foi visto, a lixeira está estragada e para o usuário usar a mesma tem que abrir a
tampa e conseqüentemente se contamina. Foi solicitado pelos profissionais que o CMS verifique se
realmente a verba para o programa está sendo utilizada no mesmo ou se está indo para o fundo
municipal de saúde.”* A Presidente relatou os pormenores da visita e voltou a ressaltar a qualidade
do Sistema Único de Saúde. Citou também a reclamação feita em relação à “ficha azul”, uma ficha
145 de encaminhamento de atendimento aos profissionais em serviço, que estaria ocasionando atraso no
atendimento. Dos funcionários da instituição visitada veio a queixa do desaparecimento de um
monitor do Centro de Especialidades Odontológicas do Pronto Atendimento Médico do bairro
Bucarein, sendo que não teria sido feito nenhum Boletim de Ocorrência. A Presidente esclareceu a
dúvida sobre o destino da verba, explicando que esta é destinada ao fundo municipal de saúde. A
150 Presidente comunicou a que foi feita a solicitação de uma lista de funcionários do Centro de
Especialidades Odontológicas do PAM-Bucarein, bem como conferência das Portarias 1570, 599 e
283 mediante a visita realizada. Se aprovado pelo Pleno do Conselho, o relatório de visita será
encaminhado para o Gestor Municipal de Saúde para que o mesmo possa responder às questões



155 levantadas. A Presidente passou a palavra para o Gestor Municipal e à integrantes da comunidade presentes que desejassem se manifestar perante o CMS. A representante Iracema Bento da comunidade do bairro Iririú fez uso da palavra para colocar situações que, segundo ela, cobram resoluções imediatas. Concordou com a Presidente quanto à qualidade do SUS mas sua primeira ressalva é referente à falta de médicos no bairro Iririú em determinadas áreas da saúde. A sra. Iracema relatou o caso de uma senhora que há três meses espera o tratamento de quimioterapia, ao

160 que questionou o encaminhamento de impostos diante do que, ao seu ver, é a situação do SUS. Citou então o caso de outros dois cidadãos: um aguarda seus exames (se resultados, encaminhamento ou realização dos mesmos não ficou claro durante o relato) desde o mês de janeiro. Ressaltou a necessidade que a comunidade do bairro Iririú tem de médicos e concordou com a colocação da Presidente no que diz respeito à função do CMS junto ao município e seu

165 quadro geral da saúde. A Presidente agradeceu as colocações da senhora Iracema e reiterou que essa responsabilidade perante a situação geral da saúde municipal indicia a falta de profissionais em todo o município de Joinville. A senhora Neide Poffo assumiu a palavra e parabenizou o trabalho da Presidente e sua equipe para logo em seguida lamentar a ausência do secretário Tarcísio Crocomo, que na última reunião onde seria discutida a situação da saúde no Iririú não esteve presente.

170 Criticou a ausência dos vereadores, o que segundo ela pode ser entendido como descaso, uma vez que não compareceram mesmo tendo sido convidados. Parabenizou o Vereador Juarez Pereira por estar presente. Em relação ao que diz respeito às discussões acerca do bairro Iririú, ressaltou a falta de cinco médicos. Pediu que fosse realizado um cálculo simples e não-oficial para sua explanação, para o qual a Presidente pediu o auxílio do senhor Vilsom Meier, gerente financeiro da Secretaria Municipal de Saúde. Mediante os resultados, constatou que a falta de médicos constitui não só

175 deficiência no atendimento básico à população mas também uma “economia”. Pediu que fosse divulgada a lista de chamada do concurso público e o encaminhamento dos profissionais atuantes na área da saúde municipal e advertiu que a campanha sobre o vírus H1N1 sobrecarregou os postos de saúde porque não há capacidade para atendimento e ocorre sobrecarga de funcionários. Alegou estar vivenciando a bancarrota da SMS e lamentou novamente a ausência do secretário Tarcísio Crocomo, ao que a Presidente ressaltou a presença do diretor executivo Adônis, secretário adjunto do secretário Tarcísio Crocomo. Para este, a senhora Neide Poffo requisitou a visita à unidade básica do bairro Iririú. Ela também ressaltou que a presença da parcela do setor usuário da comunidade presente na Assembleia devia-se sobretudo como forma de elogio à unidade do Iririú, reconhecendo a qualidade profissional dos funcionários ali atuantes. A Presidente concedeu a

185 palavra à Conselheira Eulália Genuim, representante do bairro Iririú no CMS. Ela também queixou-se do secretário Tarcísio Crocomo e da ausência de vereadores na Assembleia. Colocou que a unidade básica do bairro Iririú está atendendo 16 mil pessoas mas irá abranger aproximadamente 42 ruas adicionais e seus respectivos 4.800 moradores, o que totalizará em torno de 20 mil pessoas necessitando atendimento, o que, segundo a Conselheira Eulália, acarretará na sobrecarga dos profissionais da unidade, sendo que deu especial atenção ao clínico geral, que estaria estressado e cuja gestão termina no mês de Maio. Disse também que faltam técnicos de enfermagem. Manifestou mais uma vez seu descontentamento com a ausência dos vereadores. Quem assumiu em seguida foi a senhora Inês Lampugnani. Foi realizada uma intervenção por parte de outro cidadão presente, ao

195 que a Presidente respondeu pedindo calma e respeito ao direito de fala dos presentes na Assembleia, explicando que após as colocações dos interessados seria feita o encaminhamento para a aprovação do documento apresentado, que constitui uma manifestação de profissionais da rede da saúde, reclamações que constam no documento mas que os presentes prontificam-se a falar. A senhora Inês, vice-Presidente do Conselho Regional do bairro Aventureiro I, falou em nome da comunidade e comunicou que há muito tempo a comunidade que representa está desfalcada de médicos e outros

200 profissionais, sendo que a situação teria complicado-se muito com a retirada da regional. Também manifestou a apreensão geral da comunidade mediante a notícia da futura remoção da médica que atua presentemente no local e descontentamento diante da espera no Centro de Atendimento. A agente comunitária de saúde Albertina Valentine Cristofolini relatou que em seus seis anos de



205 função nunca vira uma situação como a que apresenta-se atualmente na saúde e questionou onde é investido o que é “economizado” com a falta de médicos. Definiu a situação atual da saúde como caótica e pontuou que sua própria função profissional tem o significado abalado pela falta de médicos nas unidades de saúde. Disse que a responsabilidade diante da cobrança da comunidade fica primeiramente a encargo da direção e não dos agentes comunitários de saúde. O senhor Osni

210 Alfredo Gomes assumiu a palavra em seguida e inquiriu sobre leis que defendam usuários do SUS de dificuldades no momento de marcar consultas médicas. A Presidente respondeu que é competência do Conselho Local de Saúde organizar-se junto à comunidade para evitar práticas abusivas e desumanas contra a população no agendamento de consultas médicas. O Conselheiro Valmor João Machado assumiu a palavra e perguntou como seria possível responder à questão da

215 lotação de hospitais e encaminhou essa questão ao senhor Tomio Tomita, Diretor Presidente do Hospital Municipal São José, depois lamentou o falecimento de um membro do conselho do seu bairro, o sr. Amir, que após um infarto fora encaminhado ao atendimento mas veio a óbito. O senhor Valmor qualificou o evento de encaminhamento do Pronto Atendimento do Costa e Silva para o Hospital Regional como “Via Crucis” e perguntou quantos cidadãos mais terão de morrer

220 para que se chegue a um consenso sobre a questão que colocou inicialmente. Reconheceu mas lamentou a situação da lotação nos hospitais e a situação do Pronto Atendimento Médico do bairro Ulysses Guimarães, cujo projeto, disse o Sr. Valmor, contém irregularidades. Pediu que a resposta fosse dada para que casos como o do falecimento do Sr. Amir não ocorram mais. Quem assumiu a palavra a seguir foi a Sra. Zenaide, funcionária no posto de saúde do bairro Iririú. Ela relatou a

225 situação de seu pai, um senhor de 90 anos cuja consulta no geriatra foi marcada em Janeiro e até agora não há previsão para o antedimento. Também colocou a questão do pagamento de impostos em confronto com a situação da falta de médicos, que qualificou como “vergonhosa”. O Sr. que assumiu a palavra em seguida não disse seu nome e relatou o evento em que foi internado há um

230 ano e recebeu os laudos para realização dos exames, mas devido à demora para o atendimento estes venceram e reclamou da demora para a realização de exames. A Presidente advertiu ao término da fala do último cidadão que havia espaço para as colocações de mais dois conselheiros e então seriam realizados os encaminhamentos. Perguntou se mais algum dos presentes desejava inscrever-se. Quem assumiu a palavra então foi o Conselheiro Nelson Antonio Souza do CLS Jarivatuba, representante no conselho municipal e no conselho local. Relatou a reunião realizada no dia oito

235 com a presença dos Srs. Adônis e Tarcísio Crocomo na unidade de atendimento do bairro Jarivatuba acerca da falta de profissionais da saúde no local. Colocou a situação das dificuldades de horário de atendimento na unidade do bairro que representa e reclamou da decisão da coordenadora de agendar atendimentos no local a cada trinta dias, de modo que no dia dezesseis de Abril, na semana anterior à da Assembleia, havia cerca de 800 pessoas na fila para as 370 vagas do atendimento. Advertiu que

240 o índice de mortalidade infantil na unidade do bairro em toda região norte e nordeste é o mais alto do município de Joinville. Disse, também, que estão sendo tomadas medidas a fim de resolver as situações colocadas. Recomendou aos conselheiros e demais responsáveis que trabalhassem juntos e com dignidade. Manifestou que, em seu entendimento, os conselheiros aproveitavam seu espaço na Assembleia não para criticar, mas para dialogar e ressaltar as melhorias da saúde no município.

245 Informou que foi elaborado um ofício a ser entregue para o Secretário de Saúde onde estavam listadas as prioridades da unidade do bairro Jarivatuba para agilizar assim o auxílio à unidade de atendimento referida. Sugeriu que os conselhos dos bairros e o Conselho Municipal deveriam reunir-se a cada dois meses para discutir a situação da saúde no município. Acredita que é obtido um índice maior de solução de problemas quando trabalham conjuntamente os conselhos locais e os

250 Conselho Municipal. Informou que protocolou um ofício entregue no gabinete do Prefeito relativo ao Passe Livre para os idosos, cuja resolução data desde o início de Janeiro. Desse modo, relatou que foi encaminhada para Brasília uma proposta de Emenda Constitucional que torne obrigatória a concessão da passagem gratuita no transporte coletivo para todos os idosos acima de 60 anos. Como o conselheiro finalizou sua fala, a Presidente respondeu-lhe informando que no dia 29 de Abril, às

255 18:30, na Rua Itajaí, no auditório do prédio da Unidade Sanitária, ocorrerá a primeira reunião do



PREFEITURA DE JOINVILLE

Secretaria da Saúde



Conselho
Municipal
de Saúde

Conselho Municipal, deste ano, com todos os conselhos locais para debater a situação da saúde no município de Joinville e verificar quais conselhos locais ainda não têm representação no Conselho Municipal. Também agradeceu à sra. Jeane pela parte que desempenhou na organização do evento por vir. Passou então a palavra ao Conselheiro Leonardo Rosalvo Jucinsky, recentemente eleito presidente do conselho local do bairro Comasa. O Conselheiro Leonardo informou que o Vereador Juarez Pereira integra a Comissão de Saúde da Câmara de Vereadores. Encaminhou uma pergunta sobre a demora para o atendimento após a realização de exames ambulatoriais – a qual estende-se por um período médio de seis meses após a realização destes exames – e comunicou problemas com a triagem de vacinas para a unidade de saúde de seu bairro, que desse modo não dispôs de doses para vacinação no Sábado. Entregou a palavra uma vez que ressaltou que a queixa sobre a falta de profissionais da saúde já fora encaminhadas. Quem tomou a palavra a seguir foi a senhora Maria Salete Doda, que reclamou do que chamou de falha do Secretário da Saúde ao não comparecer à unidade básica do bairro Iriú conforme o que fora prometido e a resultante não-tomada de decisões ou encaminhamento de medidas para resolver os problemas da referida unidade. Dirigiu uma pergunta ao único vereador presente, o Vereador Juarez Pereira, inquirindo se os cidadãos presentes poderiam retornar aos seus bairros com esperanças de resoluções para os problemas já colocados. A Presidente respondeu à senhora Maria Salete que a autoridade máxima na saúde no município no presente momento era o Conselho Municipal de Saúde, cuja função para a Assembleia era a coordenação da deliberação e do encaminhamento. Ressaltou que a reunião tratava-se de um evento do Conselho Municipal de Saúde. Agradeceu a presença do Presidente da Comissão de Saúde, mas ressaltou a natureza deliberativa da Assembleia, o pleito dos conselheiros e a autoridade do CMS. Quem assumiu a palavra em seguida foi a Presidente do conselho local do bairro Morro do Meio, a Conselheira Marli Lipinski Wuff, que manifestou sua decepção com a Secretaria de Saúde, em especial com o sr. Tarcísio Crocomo e Marlene Bonouw Oliveira, pois a reivindicação de enfermeiras técnicas não foi atendida, sendo que a requisição fora feita ano passado, e pelo fato de que o médico deslocado para a unidade básica do Morro do Meio atendeu por um curto período de tempo e logo tirou férias, sendo que no momento em que seu atestado estava para expirar não havia mais certeza se ele voltaria ou não para desempenhar o atendimento na unidade. Disse que os profissionais que já atuam na unidade estão sobrecarregados e que faltam três enfermeiras técnicas no local. Cobrou respostas em virtude de suas requisições estarem sendo feitas desde o ano passado. O próximo a assumir a palavra foi o Sr. José Dagostin, representante do conselho de segurança do bairro Iriú, que no último governo fez parte da gerência da saúde do servidor público. Disse da dificuldade da falta de médicos e recobrou que durante o período de atuação na gerência foi instituído o cartão ponto para os médicos – cuja maior indisciplina, relatou, refere-se ao comparecimento ao local de trabalho – sendo que no íterim da implantação desta medida a procura dos profissionais para trabalhar na unidade básica do bairro Iriú aumentou muito, sendo que segundo o Sr. José a responsável por esta melhoria foi a implantação da disciplina. Relatou também que nesta unidade básica fora cobrada produtividade dos profissionais. Concluiu que onde não é cobrada a disciplina ocorre a vergonha de atender-se à honestidade, que é preciso organizar o quadro médico e cobrar profissionalidade – assiduidade e produtividade – dos profissionais, sabendo que não se pode negligenciar as dificuldades envolvida nos processos de contratação e triagem de médicos para as unidades de atendimento. A Presidente agradeceu a sugestão e passou a palavra para o Vereador Juarez Pereira, que em resposta cumprimentou a todos os presentes. Disse que antes de assumir o cargo de vereador fora membro de conselho local e do Conselho Municipal de Saúde por muito tempo, sendo hoje presidente da comissão de saúde na Câmara de Vereadores. Disse então que é feita uma fiscalização constante nos hospitais, pronto-atendimentos e outras unidades da esfera da saúde. Comprometeu-se a falar, juntamente com a comissão de saúde, com o presidente do conselho de saúde do bairro Iriú e filmar as necessidades passadas no bairro citado para que a situação seja exposta para os demais vereadores na Câmara de Vereadores. Associou o número grande de unidades básicas no município – 56 – às visitas que são realizadas naquelas unidades que vão à Câmara requerir a visitação. Avisou sobre a campanha de vacinação contra a



gripe H1N1, sobre a qual a comissão de saúde encaminhou ofício à procuradoria estadual e federal exigindo que todo o município seja vacinado e que a equipe destinada para trabalhar com a vacinação fosse ampliada. A Presidente prosseguiu com a reunião falando acerca do fato presente no discurso de vários cidadãos que usaram da palavra para comunicar à Assembleia: a falta de profissionais da saúde para o atendimento, específicos ou não. A Presidente esclareceu que a documentação que alguns presentes haviam qualificado como desnecessária tratava-se do que foi dito pelos presentes na Assembleia, que inclui o esclarecimento sobre a aprovação de médicos no concurso público e sua triagem. A Presidente colocou ao pleito do CMS que a documentação resultante da reunião com partes dos segmentos usuários, acrescidas as falas provenientes da Assembleia atual, seja enviada ao gestor municipal e que as respostas fossem dadas por ele voltassem ao CMS e que uma cópia das respostas seja encaminhada à comissão de saúde da Câmara de Vereadores. A Presidente perguntou quem concordava com esse encaminhamento e este foi aprovado pela maioria dos conselheiros. A Presidente falou de um relato que não foi passado anteriormente sobre o contato entre a Mesa Diretora e o gestor municipal e seu colegiado para discutir a situação da saúde, sendo que também foram feitos questionamentos sobre a saúde do trabalhador, a gripe H1N1, a falta de profissionais e outros fatores que foram deliberados na Mesa Diretora antes da Assembleia. A Presidente ressaltou que não havia necessidade de mostrar o relatório dessa reunião com o secretário da saúde, mas perguntou se havia entre os presentes alguém da Secretaria de Saúde que pudesse expor resumidamente os fatos discutidos na reunião. Contudo, devido a problemas técnicos, não foi possível acessar o relatório da reunião, mas a Presidente comunicou o compromisso de enviar o relatório aos Conselheiros e ao conselho local presente em grande número para que ele fosse discutido na comunidade e as sugestões trazidas para a reunião posterior. A Presidente então colocou em votação o encaminhamento do relatório para todos os Conselheiros e presidentes de conselhos locais e à comissão da saúde para acompanhar o que foi discutido na ocasião. O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros. A Presidente então dirigiu uma pergunta ao Dr. Tomio Tomita inquirindo sobre a falta de medicamentos oncológicos, perguntando porque, desde quando e como faltam estes medicamentos e como está o andamento das consultas no setor de oncologia do Hospital São José. O Dr. Tomio Tomita respondeu que em relação à falta de medicação quimioterápica fora feita uma licitação e compra emergencial, mas a empresa responsável não entregou a medicação em tempo hábil. Esse problema ocorrera na semana passada e já havia sido corrigido. Este problema fora corrigido facilmente porque, entre outros fatores, a dívida da instituição foi diminuída, o que trouxe fornecedores de volta. Em relação ao atendimento do setor de Oncologia, o Dr. Tomio Tomita relatou que esse atendimento aumentou e que o Hospital Municipal São José não deixa de atender o paciente e paga as despesas das consultas do setor oncológico sem problemas. Ressaltou que os pacientes do setor de oncologia tem preferência para serem tratados. O Dr. Tomio Tomita fez menção ao caso de óbito por infarto, ressaltando que o Hospital Municipal São José não é referência no tratamento desta complicação, e sim o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt. Em relação ao complexo emergencial no bairro Ulysses Guimarães, o Dr. Tomio Tomita disse que a obra não está interrompida e que existe um projeto hidráulico e elétrico para o prédio, sendo que falta apenas uma ligação para o esgoto. Disse, contudo, que no projeto desse complexo emergencial não consta o orçamento para uma rampa de acesso, nem do elevador, e para o heliporto e a climatização não há recursos disponíveis no momento para terminar a obra. O Dr. Tomio Tomita acredita que até o final do presente ano será ampliado o pronto socorro para proporcionar condições melhores de atendimento. A Presidente então perguntou quem é o responsável pelo agendamento das várias cirurgias eletivas realizadas no Hospital Municipal São José e como desenvolver uma metodologia que torne transparente aos demais pacientes na fila de espera o funcionamento desse processo. O Dr. Tomio Tomita respondeu que dependendo do tipo de cirurgia esta responsabilidade será da Secretaria Municipal de Saúde, da Regional ou do hospital onde será realizada a cirurgia. Ele também concordou que seria melhor a existência de uma central única de avaliação de prioridade das cirurgias e que é necessária clareza no processo de agendamento de cirurgias. Citou que a



PREFEITURA DE JOINVILLE

Secretaria da Saúde



Conselho
Municipal
de Saúde

prioridade dá-se em função do paciente, como, por exemplo, a situação dos pacientes com necessidades oncológicas. A Presidente então avisou da chegada do secretário Tarcísio Crocom, que tomaria a palavra após o Conselheiro Valmor João Machado questionar o Dr. Tomio Tomita. O Conselheiro Valmor reiterou que o que foi dito a respeito do projeto das obras no pronto socorro do bairro Ulysses Guimarães foi colocado para o CMS pelo sr. Agostinho Rosa. Referente ao infarto do senhor Amir, o Conselheiro relatou que o incidente deu-se por volta das vinte horas, horário em que os postos de saúde encontram-se fechados, de modo que a família deduziu que era necessário levá-lo ao Pronto Atendimento. Contudo, devido à gravidade do problema, o paciente fora encaminhado ao Hospital Regional, e dado tempo para o trajeto ser desenvolvido o paciente não resistiu. Desse modo, o Conselheiro Valmor ressaltou que não criticara o trabalho dos órgãos fiscalizadores, apenas colocara em questão um evento que fora discutido em uma reunião anterior referente ao pronto socorro do bairro Ulysses Guimarães. O Dr. Tomio Tomita, então, respondeu dizendo que seria necessário buscar esclarecimento, mas que o que lhe era conhecido era o fato de faltar apenas uma ligação com o sistema de tratamento de esgoto nas obras do pronto socorro do bairro Ulysses Guimarães. Referente ao caso de infarto colocado pelo Conselheiro Valmor, o Dr. Tomio sugeriu que a Dra. Ana Maria Groff Jansen estaria mais apta a discorrer sobre gerenciamento de pacientes na rede hospitalar, uma vez que o Hospital Municipal São José não atende pacientes infartados. A Presidente agradeceu o esclarecimento e dirigiu uma pergunta à 23ª Gerência de Saúde referente ao SAMU, perguntando sobre a situação do órgão cuja responsabilidade é do estado, uma vez que o Conselho aguarda uma resposta desde o mês de Janeiro. O gerente da 23ª Gerência de Saúde, o sr. Douglas Calheiros Machado, respondeu que é esperada uma deliberação mais detalhada do Conselho, não negando a importância da questão da falta de profissionais da saúde, mas colocando questionamentos sobre mortalidade infantil, mortalidade materna, *causa mortis* mais comum, situação da cobertura do PSF, entre outros, entendidos como quesitos que permitem avaliar mais profundamente a situação da saúde do município que outras deficiências constantes. Ressaltou que as medidas acerca da triagem de médicos para as unidades onde faltam profissionais não é o quesito chave para a avaliação da saúde do município. Ressaltou também que há eventos positivos que segundo ele “transcendem” as necessidades das unidades básicas. O gerente da 23ª Gerência de Saúde ressaltou que é necessário reconhecer como grave os problemas pontuados pelas secretarias locais, mas que também é necessário reconhecer esses problemas mais comuns como sendo não específicos do momento atual. Disse que na avaliação diagnóstica de um município é necessário pensar grande. O que abordou a seguir foi a situação do SAMU, cuja reorganização em toda região norte e nordeste está sendo pensada. Relembrou que o serviço prestado pelo SAMU mudou o quadro do atendimento de pacientes em Joinville, pois antes os pacientes morriam antes mesmo de serem atendidos. Entre as mortes que diminuíram em decorrência do auxílio prestado pelo SAMU, o sr. Gerente citou a diminuição das mortes por acidente no trânsito. Advertiu que apesar de Joinville ser uma referência macro-regional, é necessário repensar o atendimento do SAMU estendido a outras unidades básicas e emergenciais para atendimento. Anunciou que estão sendo implantadas nos municípios de Araquari e de Itapoá mais uma ambulância com unidade de suporte básico. Joinville, disse, continuará com o número atual de ambulâncias – três unidades de suporte básico e uma de suporte avançado – mas deve receber duas adicionais, estas com suporte avançado, totalizando seis ambulâncias. Busca-se, contudo, resgatar a função original do SAMU que é regular a entrada no Hospital Regional e no Hospital São José, levando para o atendimento nessas unidades os pacientes em casos muito graves, mas disse que a quantidade de pacientes no pronto atendimento do Hospital Municipal São José não favorece essa medida. O sr. Douglas, Gerente da 23ª Gerência de Saúde entregou a palavra e a Presidente do CMS agradeceu. A Presidente do CMS então disse que relativo ao que o sr. Gerente disse sobre mortalidade infantil e materna, todos os conselheiros têm o direito de sugerir assuntos para a pauta que será levada em forma de questionamentos para o Gestor. A Presidente também lembrou que a Assembleia não tratava-se apenas de uma reunião de mesa diretora ou parte dos usuários, mas que sua união é que validaria o esforço empreendido. Ainda a respeito do que o sr.



410 Douglas, Gerente da 23ª Gerência de Saúde, colocou, a Presidente comentou o resultado da
pesquisa realizada no último trimestre em que conta que a mortalidade infantil caiu no período
pesquisado. A Presidente ainda ressaltou que esse era um momento onde é necessária a reflexão
para pensar a realidade da saúde na comunidade joinvilense. Disse também que apesar de ser
necessário considerar o que é dito sobre falta de profissionais da saúde, e que se todos os conselhos
415 locais representados demandassem suas queixas o espaço fornecido para a reunião seria pequeno, é
também necessário considerar as melhorias que ocorreram na saúde de Joinville. Lembrou que o
papel dos conselheiros todos é apoiar, fiscalizar e controlar, e que por extensão, prevista na leis
orgânica correspondente, o CMS é corresponsável pelas decisões acerca do fechamento de contratos
relacionados à saúde municipal, sendo necessária a reflexão do papel de fiscalização por parte do
420 CMS antes do fechamento desses contratos ou a adoção de uma mera postura de acompanhamento
desses contratos. Reiterou que essa responsabilidade estende-se à comunidade e conselhos locais e
que é responsabilidade dos conselheiros todos não só supervisionar e acompanhar os contratos
acerca da questão da saúde, mas também auxiliar na construção dos mesmos e fiscalizar seu
cumprimento. Disse do respeito que é conferido aos conselheiros pelo Secretário da Saúde, mas que
o que ocorreu durante a Assembleia é o que é necessário para melhorar o quadro da Saúde em
425 Joinville: manifestar-se, apontar os problemas, mas como críticas construtivas, auxiliando a gestão
na busca de resultados a fim de resolver os impasses detectados na comunidade. Como chegara o
gestor municipal de saúde, sr. Tarcísio Crocomo, a Presidente informou-o sobre o documento a ser
recebido por ele contendo questionamentos e sugestões elaborados pelo CMS. O senhor Tarcísio
Crocomo, gestor municipal de saúde, assumiu a palavra e saudou aos presentes. De início, relatou o
430 grande número de demandas, entre as mais recentes as dos bairros Iririú e Jarivatuba. Avisou que
não tinha conhecimento do agendamento de comparecimento algum à unidade básica do bairro
Iririú. Desculpou-se por ter eventualmente não comparecido e pôs-se à disposição do conselho local
para que outro encontro fosse marcado. Ressaltou o que já fora dito sobre as melhorias na saúde do
município e, relativo aos contratos, lembrou que nenhum é deixado de lado, mas que todos são
435 discutidos e aprovados em conselho. Entre as questões que vêm sido debatidas citou como exemplo
a da APAE. Falou também que os problemas colocados, como falta de profissionais contratados, é
na verdade uma série deve ser visto como uma série de vertentes e não uma questão única e isolada
de cada vez. Voltou a acrescentar que os índices analisados revelam uma melhora na qualidade da
saúde do município. Disse que esses resultados são públicos e podem ser analisados. Lembrou a
440 fala da mesa diretora no sentido da necessidade de serem feitas críticas construtivas para que a
saúde melhore como um todo. Entre suas funções e oportunidades como Gestor da Saúde, apontou a
chance de tomar no SUS aspectos que foram deixados, como o bom-antecedente, que é ainda um
desafio. Disse que em sua função como secretário da saúde é necessário não só cuidar da saúde de
cada cidadão, mas também da saúde de todos. Reconheceu que esse não é um trabalho individual e
445 que reconhece a necessidade de ampliar a rede básica de atendimento, que hoje é capaz de atender
uma demanda igual à metade da população, o que implica nessa necessidade de ampliação.
Discorreu sobre o atendimento básico, a função dos Pronto Atendimentos e unidades locais de
atendimento, bem como a situação de melhora do Hospital Municipal São José. Disse que em
virtude da demanda sempre grande o desdobramento de pessoal é proporcional, e citou que casos
450 como uma epidemia de vírus H1N1 tornam mais complicada a situação atual. Reiterou o quão
necessário é o entendimento e a opinião do segmento usuário. Comentou que vê com satisfação e
tranquilidade a situação atual do SUS, uma vez que os índices indicam melhoras, mas ressaltou a
importância de não negar as deficiências que devem ser corrigidas. Disse da escassez de recursos
disponíveis em vista do tamanho da demanda, e citou obrigação do gestor a necessidade de buscar
455 mais recursos para investimento na área da saúde e colocou como exemplo a quantia de R\$18,00
(dezoito reais) anuais que é disponibilizada a cada município, por paciente, para as despesas com
atenção básica. O Secretário Municipal de Saúde agradeceu e, antes de retornar a palavra à
Presidente, colocou-se à disposição do conselho local do Iririú para que outro encontro fosse
marcado e citou o quão difícil é lidar com os problemas das unidades de atendimento nos bairros



460 Iririú e Jarivatuba, ambos presentes na Assembleia. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do
CMS, conselheira Cléia Aparecida Clemente Giosole, deu por encerrada a centésima vigésima
primeira Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e trinta e
quatro minutos, da qual eu, Juliano, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram
presentes os(as) conselheiros(as): **Michele de Souza Andrade, Tomio Tomita, Ana Maria Groff**
465 **Jansen, Marlene Borderes Buzzi, Douglas Calheiros Machado, Ademar Marcelo Soares,**
Nelson Holz, Sirlei Margarida Mascarin, Bruna Heinz de Souza, William Cremasco,
Albertina Valentine Cristofolini, Paulo Felipe Heck, Martha Matia Vieira de S A Artilheiro,
Marlene de Souza Segundo, Miriam Hoffmann Rodrigues, Mário Bruckheimer, Antonio
470 **Carlos Fernandes, Julio Manoel Maria, Elza Francisco, Adalberto Franco de Camargo,**
Albertino Miguel Rosa, Luiza De Bastiani, Mendes José Maulli, Mara Beatriz Souza, Elenice
de Fátima Correa Krüger, Neusa Maria Alcântara, Maria Emília Vieira Fernandes, Mauren
Bruckheimer, Marli Lipinski Wuff, Valdir Vieira Rebello, Roberto Tavares, Nelson Antonio
Souza, Mario Ivo Maiochi, Roseli Albino Dutra, Cléia Aparecida C. Giosole, Maria Helena
475 **Alves de Maia Maier, Almir Bento Adami, Maurício Huller, Ivanir Alievi Vieira, Eulália**
Genuim, Leonardo Rosalvo Jucinsky, Euclides Paterno, Valmor João Machado, José
Declarindo dos Santos, Josafá Távora e Silva Mara A da Costa Fischer, seis representantes de
Conselhos Locais, estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina, representantes do CMS de
Itapoá, e da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Joinville.